7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

Nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)

Área temática: Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa

A SECURITIZAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A IMPORTÂNCIA DO AGENTE SECURITIZADOR

Julen de Oliveira Müller

Universidade Federal do ABC

SÃO PAULO
2024

RESUMO

As mudanças climáticas hoje representam uma das ameaças globais mais discutidas do século XXI. A agenda climática se tornou ponto central das discussões internacionais na última década e líderes ao redor do globo reconheceram a necessidade de criar meios para mitigar as consequências do aquecimento global na Terra e estabelecer medidas legais em uma agenda internacional voltada para o clima e para a segurança. A premissa da presente pesquisa se traduz na necessidade de se entender a problemática climática como uma questão que transcende a ciência e a política, se tornando uma questão de segurança internacional. A segurança internacional e as mudanças climáticas são um tópico importante que tem sido amplamente discutido nos últimos anos, particularmente nos trabalhos do cientista político Barry Buzan. Segundo Buzan, as mudanças climáticas representam uma ameaça significativa à segurança internacional, uma vez que têm o potencial de aumentar os conflitos, causar migrações em massa e desestabilizar Estados. O mesmo argumenta que, as preocupações tradicionais de segurança, tais como a segurança militar e a segurança econômica, devem ser repensadas à luz dos efeitos das mudanças climáticas. O objetivo central é analisar o processo de securitização das mudanças climáticas e a importância do agente securitizador nesse processo. Para a realização dos objetivos propostos a pesquisa fará uma análise sobre a teoria da securitização que será embasada pelos autores Buzan, Waever e de Wilde (1998), através da obra intitulada: “Segurança: Um Novo Modelo para Análise”, que norteara o aprofundamento dos estudos sobre securitização. Dentro da teoria de securitização este trabalho se concentrará na categoria operacional “agente securitizador”. O agente securitizador é o ator político capaz de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial. Por fim, a pesquisa buscará resposta no que tange a falta desse agente securitizador nas mudanças climáticas e a importância de securitizar esse assunto que atualmente é regido de forma política. Portanto, a partir das discussões de Buzan, Waever e Wilde, busca-se compreender o processo de construção de ameaças no campo ambiental através de uma visão construtivista e contemporânea das relações internacionais.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Securitização, Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

Vivemos o Antropoceno, época geológica denominada por Crutzen (2006) para expressar o momento da história comandada pelos humanos, caracterizada pelo consumismo, exploração desmedida de recursos e uma evolução tecnológica sem precedentes (MALHI, 2017), onde ações humanas influenciam nos mecanismos terrestres. Partindo disso, observamos que limites planetários vêm sendo atravessados pelos seres humanos, acarretando uma série de danos ao meio ambiente. Essa dualidade entre consumo e escassez no mundo, pode levar à instabilidade política e agravar o risco de conflito e insegurança humana devido as possíveis catástrofes ocasionadas pelas mudanças climáticas (CNA, 2007; BERNAUER, 2013).

A trajetória de reconhecimento das mudanças climáticas como uma preocupação a nível internacional não foi linear e tem sido marcada por duas grandes fases. A primeira fase foi caracterizada pela incerteza científica, e falta de conhecimento sobre os impactos humanos na atmosfera. Isto resultou na relativização do problema e baixa de preocupação do público em relação ao aquecimento da Terra.

A segunda fase se deu a partir de 1970 onde foi reconhecida a necessidade de falar sobre o meio ambiente, marcando um ponto de inflexão nas relações internacionais. Um sistema internacional pautado em uma agenda que antes era completamente dominada por assuntos militares - especialmente no contexto da Guerra Fria – é incentivada a abordar outras questões, incluindo o meio ambiente, representando um momento de transformação com adição de novos atores na arena internacional.

As mudanças climáticas emergem como um importante tema da diplomacia internacional e, consequentemente, também da Governança Global do Clima na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 (ANDRADE, 2009). As preocupações com as mudanças climáticas não só levaram à criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para avaliar os aspectos científicos, técnicos e socioeconômicos do impacto humano nas mudanças climáticas, mas também à assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas no Rio em 1992 (Nações Unidas, 1992).

Com a politização das questões climáticas e o pós-Guerra Fria, o conceito de segurança ganha um novo ar norteador, se fazendo necessária a expansão da agenda e inserção de novas ameaças, como as mudanças climáticas. Na abordagem da Escola de Copenhague, a segurança é vista como uma construção social, salientando o papel da linguagem, do discurso e da compreensão social na definição do que constitui uma ameaça à segurança. O conceito de securitização de Buzan, Waever e de Wilde (1998) tem influenciado a nossa compreensão da segurança e dos atores envolvidos e tem tido um

impacto importante no estudo das relações internacionais e nos estudos de segurança, principalmente no cerne do panorama ambiental. Este trabalho utiliza da mudança climática como exemplo dentro dos estudos de segurança sendo a Escola de Copenhague precursora desse debate nas relações internacionais.

A CONSTRUÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO AMEAÇA À SEGURANÇA

De acordo com Barnett (2007), o processo de securitização do meio ambiente se deu em 3 momentos distintos como: a conscientização das consequências do uso de recursos naturais de forma exacerbada a partir da década de 60, o reconhecimento da ciência no que tange meio ambiente e os diversos acordos e tratados internacionais na década de 70 incluindo o meio ambiente na agenda de segurança, e por fim o pós-Guerra Fria, onde ocorre a quebra do paradigma tradicional de segurança vigente desde o início do século XX (BARNETT, 2007).

Segundo Buzan, as mudanças climáticas representam uma ameaça significativa à segurança internacional, uma vez que têm o potencial de aumentar os conflitos, causar migrações em massa e desestabilizar Estados. O mesmo argumenta que, as preocupações tradicionais de segurança, tais como a segurança militar e a segurança econômica, devem ser repensadas à luz dos efeitos das mudanças climáticas.

Buzan sugere também que a cooperação internacional é essencial para abordar as implicações das alterações climáticas em termos de segurança. Ele argumenta que a comunidade internacional deve trabalhar em conjunto para reduzir as emissões, adaptar-se aos impactos das alterações climáticas e encontrar formas de prevenir e mitigar os conflitos relacionados com as questões climáticas. As mudanças climáticas são muitas vezes vistas como um "multiplicador de ameaças" devido às suas várias implicações e consequências para a segurança humana (TROMBETTA, 2012).

As mudanças climáticas cada dia mais representam um desafio de segurança que requer uma resposta coordenada e coletiva. Quanto mais o mundo se aproxima dos pontos de inflexão induzidos pelo aquecimento global, mais urgente é para a sociedade internacional global enfrentar coletivamente uma ameaça compartilhada (BUZAN, FALKNER 2022).

A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

A partir das discussões de Buzan, Waever e Wilde, busca-se compreender o processo de construção de ameaças no campo ambiental através de uma visão construtivista e contemporânea das relações internacionais. Este trabalho adota o discurso da Escola de Copenhague correlacionando com a emergência de novas ameaças, como as mudanças

climáticas. A teoria da securitização tem sugerido que medidas reativas e o entendimento antagonista da segurança não são os únicos modos de lidar com essas novas questões, uma vez que medidas preventivas e o fortalecimento do multilateralismo têm emergido como práticas viáveis (BARBOSA, DE SOUZA 2010).

A Escola de Copenhague, inicialmente liderada por Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Waever e Jaap de Wilde, surgiu da insatisfação com o engessamento da teoria tradicionalista, a teoria realista que mantinha apenas o Estado e suas questões militares como foco das questões de segurança. Assim nasce a teoria da securitização. Os autores argumentam na Escola de Copenhague que houve uma evolução do que era conhecido como segurança e o que era securitização.

A primeira grande diferença está no conceito “chave de segurança”. Antes da Segunda Guerra Mundial, a segurança era sinônimo de defesa. No entanto, após a guerra, os estudiosos começaram a ver a segurança em termos mais amplos que incluíam questões políticas e sociais. Este alargamento do conceito de segurança permitiu uma compreensão mais abrangente dessas questões.

A segunda grande diferença era a necessidade de abordar o novo problema das armas nucleares. Os meios militares por si só não eram suficientes para compreender a utilização ou não utilização de armas nucleares. O contexto tinha mudado significativamente, e as disputas nucleares tornaram-se a arte de evitar a guerra sem serem militarmente derrotadas ou coagidas.

A terceira grande diferença diz respeito à natureza das questões de segurança. As questões de segurança deixaram de ser puramente militares e começaram a envolver outras questões relacionadas com a segurança do adversário, tais como questões econômicas. Este reconhecimento da interligação de várias questões de segurança permitiu uma compreensão mais holística da segurança e o desenvolvimento de estratégias de segurança mais eficazes.

Estas três grandes diferenças marcaram uma evolução significativa nos estudos de segurança, de um enfoque estreito na defesa militar para uma compreensão mais ampla e mais matizada das questões de segurança. Como resultado destas mudanças, os estudos de segurança tornaram-se mais interdisciplinares, exigindo conhecimentos especializados de vários campos, incluindo relações internacionais, economia e ciência política. A necessidade de compreender o contexto mais amplo em que os desafios de segurança estavam a surgir, bem como os meios não militares de enfrentamento, levou ao desenvolvimento de novos atores dentro do campo dos estudos de segurança.

O AGENTE SECURITIZADOR

O conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague é o exemplo mais claro da aplicação da epistemologia construtivista. Enquanto os tradicionalistas vinculam o estudo da segurança à existência de ameaças objetivas, os autores de Copenhague consideram que as ameaças à segurança são socialmente construídas (Duque, 2009 p. 477). A securitização e os critérios para securitização, segundo os autores da Escola de Copenhague, são práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade (Buzan *et al.,* 1998, p. 29-31). Contextualizando brevemente, o agente securitizador é o ator político capaz de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial. De acordo com Buzan *et al.* (1998):

> "Segurança" é o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. A securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização. Teoricamente, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que varia do "não politizado" [...], passando pelo "politizado" [...], alcançando o "securitizado" (BUZAN et al., 1998, p.23-24).

Segundo Buzan *et al.* (1998), a securitização se conceitua como um "ato de fala". O "ato de fala" que vem da linguística, que analisa a comunicação de forma que se transporte para a esfera da segurança. Esse conceito foi formulado por John L. Austin e tem como premissa de que o discurso é uma forma de ação e, portanto, carrega consequências (Duque, 2009). De acordo com Waever (1995):

> O que é, então, a segurança? Com o auxílio da teoria da linguagem, podemos conceber a segurança como um ato e fala. Nessa acepção, a segurança não é o objeto de interesse, como um signo que se refere a algo mais real; a fala em si é ato. Ao se falar, algo é feito (como ao se fazerem apostas ou promessas, ou ao se dar nome a um navio). Ao dizer "segurança", um representante estatal faz referência a um acontecimento em uma área específica, a assim demanda um direito especial para utilizar quaisquer meios que se fizerem necessários para evita-lo (Waever, 1995, p.55).

Dessa maneira, quando estudamos a securitização devemos nos atentar aos discursos do agente securitizador, que possuem uma retórica muito peculiar. De acordo com Buzan *et al.* (1998, p.26), o agente securitizador pode fazer referência não somente a sobrevivência de uma unidade, como a prioridade de uma ação para conter uma ameaça, sem necessariamente utilizar a palavra "segurança". Esse tipo de discurso não leva a uma securitização instantânea, se tornando uma forma de iniciativa *(securitization move)*, podendo

ser internalizada ou não. O processo securitizatório só entra em questão quando o público legitimar a demanda desse agente securitizador (Buzan *et al.,* 1998, p.25).

Para os autores da securitização, uma questão é "securitizada" quando é apresentada, perante uma audiência pública, como ameaça existencial que requer medidas emergenciais situadas fora dos limites dos procedimentos normais da tomada de decisão política (Buzan, Waever & Wilde 1998, p.23). A Escola de Copenhague apresenta uma abordagem eurocêntrica (WALKER, 2007) que foca a sua análise no discurso e na retórica política *(speech act).* A sua perspectiva está assente em estruturas e processos intersubjetivos e coletivos (Buzan; Waever; Wilde, 1998, p. 33–34). De acordo com Reis (2022), o processo securitário possuí diversos pontos, tais quais:

> O processo de securitização tem como foco central uma ameaça. Esta poderá ter várias proveniências tais como Estados, organizações, grupos transnacionais e sociais, bem como indivíduos. Esta, ao ser exposta pelo *speech act* a forma de linguística, não pode ser destacada do seu contexto histórico. Esse mesmo contexto é relevante na medida em que serve para compreender onde está posicionado o agente na emissão do seu discurso. É essa simbiose histórica do ato da fala com o agente, em que a ameaça transcende o emissor e aglutina uma audiência significativa que se pode tornar um movimento securitizador (Reis, 2022).

De acordo com Buzan *et al.* (1998, p. 35-42) dentro da análise de segurança da teoria da securitização existem três formas de unidades, que são: os atores securitizadores mencionados acima, os objetos referentes e os atores funcionais. Podemos definir cada uma unidade da seguinte forma:

(i) Objetos referentes são as unidades cuja existência o ator securitizador declara ameaçada, para demandar que se tomem medidas com vistas a protege-las (Buzan et el., 1998, p.36). Em tese, o objeto referente tem sido o Estado, e tem-se relacionado a sobrevivência estatal à manutenção da soberania (Duque, 2009, p.482). De acordo com os autores da Escola de Copenhague os objetos referentes são basilares para fomentar e definir os atores de segurança propostos na abordagem multissetorial da Escola de Copenhague;

(ii) Atores securitizadores são operadores do discurso de securitização, utilizando da retórica de segurança a fim de concretizarem a sua necessidade de medidas de emergência, protegendo um determinado objeto referente da ameaça que identificam (Buzan et al., 1998, p.36). Atores securitizadores podem ser caracterizados como políticos, representantes governamentais entre outros,

(iii) atores funcionais são atores que afetam a dinâmica de um setor. Sem serem o objeto referente ou o ator que demanda segurança em favor do objeto

> referente, são atores que influenciam de forma significativa as decisões da área de segurança (Buzan et al., 1998, p.36). Na área militar, os atores funcionais são as Forças Armadas por exemplo, os provedores dos instrumentos de força (a indústria armamentista) e agências governamentais que tem poder de influenciar a política externa e de defesa. Na área ambiental, os atores funcionais podem ser atores econômicos cuja atividade esteja ligada à qualidade do meio ambiente, organizações não governamentais entre outros (Duque, 2009, p. 483).

Dessa maneira, de acordo com Duque (2009), na Escola de Copenhague as unidades não estatais ganham espaço para serem objetos referentes, sendo o Estado apenas mais um dos objetos, diferentemente da abordagem tradicional onde o Estado é o único objeto referente. Duque (2009), reintera que:

> A teoria da securitização, portanto, retira o foco de análise do Estado por meio: (a) da distinção entre objeto referente e agente securitizador; e (b) da adoção de objeto referentes não estatais. A Escola de Copenhague reconhece, entretanto, que as ações para combater as ameaças percebidas pela sociedade ainda passam, na parte das vezes pelo Estado, o qual, em geral, poderá ser considerado, na análise, pelo menos um ator funcional. O objetivo dos autores, dessa forma, não consiste em negar a importância do Estado, mas antes desenvolver instrumentos analíticos que permitam explicar a participação significativa de outros atores. A Escola parte do pressuposto de que a importância atual do Estado é historicamente contingente, de modo que, no futuro, outro ator pode ser mais relevante, nesse contexto o qual a teoria da securitização ainda poderá ser válida (Duque, 2009, p.484).

Por fim, no escopo da teoria da securitização existe a abordagem multissetorial da segurança criada por Buzan, que propõe o alargamento da concepção do que conhecemos como segurança que foi pautada na relação político-militar. De acordo com Buzan (1998), nessa abordagem existe uma distinção analítica entre cinco setores: militar, política, econômico, societal e ambiental, onde existe a aplicabilidade da securitização de acordo com seus objetos referentes mencionados acima. A pesquisa se concentrará na análise de um desses setores da abordagem multissetorial de Buzan, aprofundando o debate na área ambiental com ênfase nas mudanças climáticas, a qual será o objeto de análise dos próximos parágrafos.

Duque (2009), aponta que o mesmo que os setores político e militar dominem a agenda de iniciativas securitárias, a expansão dessa agenda ainda está sujeita a modificações com o passar dos anos, com o propósito de fornecer mecanismos para lidar com novas ameaças e diferentes formas de se entender a segurança a nível global. Dessa maneira, o nível de análise

que a teoria da securitização traz para os estudos de segurança se configuram pontos inovadores na contribuição da Escola de Copenhague dentro do entendimento da segurança internacional nas últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da securitização possui um papel fundamental na compreensão das mudanças climáticas como um desafio de segurança global. Ao contrário dos paradigmas de segurança tradicionais, a teoria da securitização alarga o âmbito das questões de segurança para além das ameaças militares, englobando perigos não tradicionais como a mudança do clima. No contexto das mudanças climáticas, a teoria da securitização oferece um quadro valioso para examinar a forma como o discurso e a linguagem moldam a percepção dos riscos relacionados ao aumento da temperatura. Analisar a problemática por essa perspectiva é crucial, pois evidencia a interligação dos fatores ambientais, políticos e sociais, enfatizando a necessidade de respostas conjuntas.

No domínio das relações internacionais, a paz não é o estado natural das coisas; é uma conquista que exige um esforço e uma vigilância constante (ARON, 2002). A ideia de Raymond Aron reflete os esforços contínuos e amplamente necessários para políticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas no cenário securitário, visto que a mudança do clima altera não somente os aspectos biológicos do planeta, mas a simbiose entre a paz e o desenvolvimento das nações.

A relação intrínseca entre as mudanças climáticas e a segurança internacional denota a urgência de uma resposta conjunta. À medida que as mudanças climáticas podem ampliar as vulnerabilidades existentes e contribuir para a escassez de recursos os desafios securitários aumentam. Integrar a problemática do clima nas estratégias de segurança, promover a cooperação internacional e implementar políticas de adaptação podem ser o caminho para um futuro mais seguro, sustentável e consciente.

A securitização das mudanças climáticas leva aos tomadores de decisão observarem a situação por uma lente de urgência, potencialmente promovendo esforços mais decisivos e cooperativos para mitigar os impactos climática. Portanto, a teoria da securitização da Escola de Copenhague fornece uma ferramenta essencial para compreender as complexidades das mudanças climáticas no âmbito do discurso de segurança mais vasto, facilitando uma abordagem mais holística e integrada aos desafios ambientais globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. Os Sistemas Internacionais. In: **Paz e Guerra entre as Nações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BARNETT, J. Environmental Security and Peace**. Journal Of Human Security**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.4-16, 2007. RMIT Publishing. Disponível em: http://dx.doi. org/10.3316/jhs0301004. Acesso em: 09 set. 2024.

BALDWIN, David.Security Studies and the End of the Cold War.World Politics, vol. 48, nº 9. 1995

BUZAN, B. Rethinking security after the Cold War. Cooperation and Conflict, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

BUZAN, B.; HANSEN, L. Evolution of international security studies. Cambridge: Cambridge University, 2009.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE J. Security: a new framework for analysis. Lon-don: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BLAU, Judith. The Paris Agreement: Climate Change, Solidarity, and Human Rights. Palgrave

BRUNDTLAND, G. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. United Nations General Assembly document A/42/427. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

CRUTZEN P.J. The Anthropocene. In: Ehlers E., Krafft T. (eds) Earth System Science in the Anthropocene. Springer, Berlin, Heidelberg. 2006.

DALBY, S. (2013) Climate Change, The RUSI Journal, 158:3, 34-43, Disponível em: < 10.1080/03071847.2013.807583>. Acesso em 1 out. 2024.

DUQUE, M.G.. O papel de síntese da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. Contexto Internacional, 31(3), pp.459-501. 2009 DOI: 10.1590/s0102-85292009000300003

ESTRELA, C; POTT, C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. ESTUDOS AVANÇADOS 31, p 271-283, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pL9zbDbZCwW68Z7PMF5fCdp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GIDDENS, A.The politics of climate change. Cambridge: Polity Press, 2010.

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY. The making of a riskier future: how our decisions are shaping future disaster risk. Washington, 2016.

GOODMAN, J. Climate change and global development: towards a post-Kyoto paradigm? The Economic and Labour Relations Review, v. 23, n. 1, fev. 2012.

IPCC. Climate Change 2021, The Physical Science Basis, 09/08/2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf6 > . Acesso em: 27 jun. 2024.

LUTERBACHER, Urs; SPRINZ, Detlef F.(Eds.).International Relations and Global Climate Change.Massachusetts: MIT Press, 2001. p. 3–22. Disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/32966/1/31.pdf.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2024.

MALHI, Y: Annual Review of Environment and Resources The Concept of the Anthropocene: Environmental Change Institute, School of Geography and the Environment, University of Oxford, United Kingdom. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE; ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. IPCC Factsheet: What is the IPCC?, 1988. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relatorio-climatico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVA, C.C, V. E; PEREIRA, A, E. A Teoria da Securitização e sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. Revista de sociologia e política, v. 27 n. 69, 2019.

STRITZEL, H. Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond. European Journal of International Relations, v. 13, n. 3, p. 357-383, 2007.

TANNO, G., 2003. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de Segurança Internacional. Contexto Internacional, 25(1), pp.47-80. DOI: 10.1590/s0102-85292003000100002

TROMBETTA, M. J.. Climate Change and the Environmental Conflict Discou-rse. Hexagon Series On Human And Environmental Security And Peace, [s.l.], p.151-164, 2012. Springer Berlin Heidelberg. Disponível em: http://dx.doi. org/10.1007/978-3-642-28626-1_7. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. A Brief Overview of Decisions. Home, Documents & Decisions; Decisions. Bonn, Germany, 2016. Disponível em: <https://unfccc.int/SB56> Acesso em: 26 ago. 2024.

VIOLA, E. The Great emitters of carbon and the perspectives for an agreement on mitigation of global warming. In: DIAS, P. L. et al. (Orgs.). Public policy, mitigation and adaptation to climate change in South America. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/public-policy-mitigation-and-adaptation-to-climate-change-in-south-america>. Acesso em: 27 set. 24.